

# Inclusão sócio-produtiva em um território metropolitano: Economia Popular e Solidária e Economia Criativa

*Ana Flávia Machado<sup>1</sup>  
Sibelle C. Diniz<sup>1</sup>  
Frederico L. B. Melo<sup>2</sup>  
Júlia C. Nascimento<sup>1</sup>  
Raian M. e Maia<sup>1</sup>*

## Resumo

Nas décadas recentes, a definição de políticas com foco na pequena produção passou pela identificação de ambientes baseados na criatividade, compreendendo a identidade territorial por uma série de atividades produtivas envolvendo empreendimentos populares e solidários e da economia criativa. Tais atividades proporcionam distinção e conhecimento do local e, sobretudo, autopertencimento aos residentes, sejam produtores ou não dessas atividades. Neste trabalho buscamos localizar essa produção na Região Metropolitana de Belo Horizonte, visando identificar as principais tendências de organização territorial, bem como sua organização em redes de produção e consumo.

## Palavras-chave

Região Metropolitana de Belo Horizonte; economia popular e solidária; economia criativa.

## Área temática

Economia

---

<sup>1</sup> Cedeplar/UFMG

<sup>2</sup> Dieese/MG

# Inclusão sócio-produtiva em um território metropolitano: Economia Popular e Solidária e Economia Criativa

## Introdução

No final do século passado, uma série de políticas foram implementadas de modo a incentivar e/ou consolidar a pequena produção. Independentemente das razões que levaram os governos de países desenvolvidos e em desenvolvimento a tal iniciativa, o fato é que ações com ênfase no conceito de território passaram a considerar a criatividade como âncora, em especial as atividades culturais. Assim, a identificação de ambientes baseados na criatividade, buscando o desenvolvimento socioeconômico, passa por um arranjo que compreenda a identidade territorial por uma série de atividades de inclusão produtiva, tais como empreendimentos solidários e da economia criativa que proporcionam distinção e conhecimento do local e, sobretudo, autopertencimento a seus residentes, sejam produtores ou não dessas atividades.

No âmbito do trabalho proposto, consideramos os empreendimentos solidários da economia criativa, incluindo desde a produção artesanal oriunda de vários tipos de matérias-primas, passando pelos grupos teatrais, de dança e musicais e alcançando a produção de jogos eletrônicos com interface com as novas Tecnologias de Informação. Estas são atividades intensivas em trabalho e em criatividade, diferindo das tradicionais firmas capitalistas quanto à organização do trabalho e aos objetivos da produção.

Para tal análise, escolhemos a Região Metropolitana de Belo Horizonte, localizada no Sudeste brasileiro. No contexto da economia criativa, tal metrópole, especialmente sua sede, vem ganhando destaque no cenário nacional. Desde sua fundação, o setor de serviços assumiu papel relevante em sua economia. Combinados a esta vocação histórica, a residência de proeminentes escritores e artistas em meados do século passado e a orquestração de políticas públicas voltadas à cultura nos anos 90 criaram um ambiente de estímulo a tais atividades<sup>3</sup>.

Ainda que alguns espaços tenham surgido espontaneamente, a maior parte teve sua efetivação induzida por políticas orientadas para a ocupação de edificações abandonadas e/ou obsoletas, o estímulo à diversidade cultural ou a aproximação das artes com empreendedores. Deste modo, descrevemos, neste artigo, a partir de dados secundários das mais diferentes fontes.

Feita essa ressalva, tratamos a inclusão sócio-produtiva neste artigo, discutindo por meio de dados secundários do Censo Demográfico, RAIS, informações sobre ocupação, e de dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES – Senaes/MTE), além de levantamentos de registros de feiras, festivais e manifestações etno-religiosas, buscando localizar os empreendimentos de Economia Popular e Solidária e Economia Criativa, nessa ordem e, por fim,

---

<sup>3</sup> Este artigo se baseia em nota técnica integrante do *Projeto do Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MZ-RMBH)*, coordenado pelo Cedeplar/UFMG sob supervisão da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH). O MZ-RMBH tem como objetivo a delimitação de Zonas e Áreas de Interesse Metropolitano e atribuir parâmetros urbanísticos condizentes com a relevância que tais zonas venham a possuir no contexto metropolitano.

esboçamos considerações finais. Na próxima seção, contextualizamos, na literatura pertinente, essa discussão.

### **Breve análise contextual**

A inclusão sócio-produtiva, por meio da Economia Popular e Solidária e Economia Criativa, integra um conjunto de atividades que se faz presente nos nichos da produção negligenciadas pelo movimento do capital, porque, a princípio, não se constituem em negócios lucrativos, que atendem à ordem do processo concorrencial e competitivo que configura sua dinâmica. Tal espectro de atividades já era foco do que Anibal Pinto, nos idos de 1970, cunhou de heterogeneidade estrutural, ou seja, a existência de um *continuum* de atividades diferenciadas pelo tipo de organização da produção cujos reflexos são nítidos nas formas de inserção dos trabalhadores/produtores.

Esta heterogeneidade não se restringe, portanto, ao núcleo econômico organizado de forma capitalista, mas se estende a toda estrutura ocupacional e à população em idade ativa de um território. O excedente engloba, em linhas gerais, um segmento imediatamente incorporável na condição de desempregado, seja em situação de procura sistemática por emprego (desemprego aberto) ou em situação pouco regular, com execução de “bicos” para sobrevivência (desemprego oculto). Um outro segmento encontra-se na produção familiar, no serviço doméstico ou no auto-emprego, em formas de inserção da produção já estabelecida, podendo ou não manter algum tipo de ligação com o núcleo econômico organizado de forma capitalista. Nesse segmento, encontram-se várias formas de ocupação, desde as permanentes até as ocasionais.

Assim, a noção de heterogeneidade estrutural avança no entendimento da segmentação da estrutura produtiva e ocupacional das economias de desenvolvimento tardio. O caráter de heterogeneidade do excedente estrutural passa a ser reconhecido, o que possibilitou relativizar a sua funcionalidade para o capital (Dedecca, 1990).

A partir dos anos 80, no entanto, as abordagens sobre mercado de trabalho em países desenvolvidos passam a tratar da heterogeneidade no mercado de trabalho de uma forma mais sistemática, porque o emprego assalariado estável tão presente na fase do capitalismo fordista passa a assumir outras formas a partir da segunda metade dos anos setenta. A desaceleração da atividade econômica, a correlata saturação dos mercados, os altos custos do trabalho (salários e benefícios) característicos do “Welfare State” e a crescente sofisticação tecnológica dos processos produtivos são tendências que motivam a flexibilização da produção e das relações de trabalho, o que tende a aprofundar a heterogeneidade no mercado de trabalho (Fagundes, 1992).

Na concorrência intercapitalista, as empresas oligopolistas passam a focalizar suas atividades na produção que lhes garante competitividade, transferindo para terceiros (sujeitos externos à empresa) a elaboração das atividades auxiliares, num primeiro momento e, cada vez mais, atividades próximas ao foco de atuação, nos momentos posteriores. Nas atividades internas à empresa, busca-se substituir a produção por escala pela produção por encomenda (sem desconsiderar o volume de produção), com observância de critérios de redução de custos – estoques mínimos,

agilidade nos fluxos de informações, ênfase na qualidade e outras práticas administrativas herdadas da concepção japonesa.

Dentre as várias conseqüências dessa mudança no paradigma de industrialização, está o fortalecimento da pequena produção (Portes e Castells, 1989). A pequena produção passa a se manifestar no aumento da autoocupação de contingente de trabalhadores desempregados, do trabalho domiciliar autônomo e das pequenas empresas, familiares ou não, criadas até mesmo por ex-empregados da empresa para atendê-la. A produção do autônomo ou de pequenas empresas para a elaboração de bens e serviços dirigida às grandes empresas ou para o consumo final tem, portanto, como seu fator básico de fortalecimento, a concorrência oligopólica pela diferenciação de produto. Nesse contexto, o mercado de trabalho dos países desenvolvidos deixa de ser contemplado pelo emprego assalariado e passa assumir perfil mais heterogêneo devido à ampliação das formas de relação de trabalho não assalariadas.

Essa nova fase do sistema capitalista é denominada por Harvey (1989) de “acumulação flexível”, que aponta a reprodução de uma estrutura produtiva heterogênea até mesmo nos países desenvolvidos:

A transformação da estrutura do mercado de trabalho teve como paralelo mudanças de igual importância na organização industrial. Por exemplo, a subcontratação organizada abre oportunidades para a formação de pequenos negócios e, em alguns casos, permite que sistemas mais antigos de trabalho doméstico, artesanal, familiar (patriarcal) e paternalista ('padrinhos', 'patronos' e até estruturas semelhantes a da máfia) revivam e floresçam, mas agora como peças centrais, e não apêndices do sistema produtivo (Harvey, 1989, pp.145).

No contexto da acumulação capitalista, estes nichos abrangem, portanto, atividades oriundas de uma tradição e vocação de trabalhadores por conta-própria, pequenos empreendedores e de comunidades organizadas institucionalmente (ou não) que buscam nessa ocupação produtiva a geração de renda. Ainda que parte da população tenha se inserido produtivamente nestes nichos por não terem sido absorvidas em empregos assalariados, outros fatores se estabelecem na constituição das mesmas, como a preservação de valores, de costumes e hábitos de um lugar, em resistência à lógica hegemônica de reprodução desenfreada, mas da permanência, da sustentabilidade e da cooperação produtiva para construção e reconstrução do lugar. Esta produção em pequena escala apresenta, assim, grande potencial para prover trabalho e renda e capilaridade significativa no território, possibilitando ainda incorporar uma dimensão de preservação de tradições culturais, sejam elas alimentares, de expressão estética, de organização do cotidiano, do trabalho e do modo de vida em geral.

O caráter distintivo do lugar cria identidade específica que, através da cultura, em seu sentido mais amplo, diferencia-se do Outro. A cultura existe porque existe a alteridade. Ao associar essas atividades à identidade territorial, estamos tratando basicamente de uma zona ou área geográfica (no caso específico, o território metropolitano), a uma ou mais atividades de destaque, criação de uma marca que dê distinção e conhecimento deste local e, sobretudo, autopertencimento e identificação, porque lugares não são apenas fisicamente conquistados, são também negociados, comunicados e imaginados (STABER, 2011). Nas palavras deste autor, interpretando Gieryn (2000),

Lugar refere-se a uma entidade territorial (por exemplo, um estúdio de trabalho, vizinhança, feira comercial, parque) que tem uma forma material (natural ou artificial) e é subjetivamente, interpretado, experimentado e narrado (STABER, 2011).

Ainda, no esteio da concepção de lugar/território/identidade, resgatamos o conceito de urbanidade como algo que

é a realização plena da vivência urbana e que expressa qualidades relacionadas à solidariedade, à percepção e ao sentimento de pertencimento ao espaço em que se vive, à negociação continuada entre os interesses, à vida cotidiana e ao direito à cidade. A urbanidade é expressão de algo que é, ao mesmo tempo, único e comum a todos, sendo esta dimensão coletiva e solidária que faz com que a urbanidade ofereça condições necessárias à criatividade e à pluralidade cultural (...) (UFMG, 2010).

Se assim compreendemos, a identificação e autopertencimento estão atrelados ao local de residência, de trabalho e de lazer, mas também, às redes de convivência que são formadas, construídas e reconstruídas. Atentar para este aspecto nos permite entender a inclusão sócio-produtiva para além da produção econômica per si. Desse modo, pretende-se, neste estudo, desenvolver uma abordagem transversal que reúna na identidade territorial uma série de atividades de inclusão produtiva, tais como empreendimentos populares e solidários e da economia criativa<sup>4</sup>.

### **Economia Popular e Solidária**

A Economia dos Setores Populares é entendida como o conjunto de formas de reprodução que possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios (Kraychete, 2000). Esse conceito envolve, portanto, a economia popular e a economia solidária, unindo as duas idéias ao abranger formas que têm como objetivo principal não o lucro, mas sim a própria sobrevivência – nessas iniciativas, os recursos produtivos se confundem com os recursos individuais e/ou familiares, caracterizando uma lógica produtiva distinta da do assalariamento e do emprego formal.

A Economia Popular é definida por Coraggio (2000, 2008) como um subsistema que se relaciona aos outros dois principais subsistemas da economia: a economia capitalista e a economia do setor público. As células da economia popular são as unidades domésticas que dependem principalmente do exercício de seu trabalho para se reproduzirem biológica e culturalmente. A unidade doméstica, enquanto organização econômica característica da economia popular (fundada sobre relações de parentesco, de afinidade ou étnicas), organiza os recursos e as capacidades de seus membros para gerir a satisfação de suas necessidades, de maneira que seu objetivo último é a “reprodução ampliada da vida”.

Já a Economia Solidária é constituída por empreendimentos formais e informais, caracterizados pela autogestão e pela socialização dos meios de

---

<sup>4</sup> A definição de economia criativa segue a estabelecida pelo Ministério da Cultura no documento intitulado Plano da Economia Criativa, que inclui, entre as atividades criativas, as manifestações etno-religiosas. O referido documento está disponível para download em <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>.

produção e distribuição. As unidades básicas são encontradas sob a forma de cooperativas, associações, etc., sem que haja distinção entre capital e trabalho, sendo que esses empreendimentos se diferenciam tanto na forma de organização interna quanto no modo de articulação com a comunidade em que atuam (Singer, 1997, 2002).

Enquanto princípio que norteia a Economia Solidária, a autogestão implica que os meios de produção sejam de propriedade e controle coletivos e que as decisões acerca das normas de funcionamento e dos rumos a serem seguidos pelo empreendimento solidário sejam tomadas com base na participação democrática de cada indivíduo. Assim, a administração, a produção, seus meios e resultados pertencem a todos, de modo que se fazem necessárias práticas solidárias e promotoras de autonomia nas organizações (Verardo, 2003).

As experiências populares e solidárias são importantes para o (re)ordenamento territorial, na medida em que promovem o empoderamento de populações, por meio do fortalecimento do trabalho individual, bem como de associações de produtores, cooperativas de trabalho e redes, que tenham o efeito de promover a identidade territorial. É reconhecido na literatura que tais organizações têm se colocado como estratégias de sobrevivência perenes por parte da população vulnerável, como apontam Abramovay et al (2003):

É bem verdade que parte muito expressiva dos nano e micro-empresendedores iniciam suas atividades por falta de alternativa no mercado de trabalho (...). Mas a perenidade dos negócios, os vínculos de proximidade em que se apóiam, a experiência adquirida em sua gestão e as funções sociais que preenchem não permitem que sejam encarados como uma forma de organização transitória e obsoleta a ser sepultada juntamente com as péssimas condições sociais que hoje a caracterizam. (Abramovay et al, 2003, p. 236)

Em boa parte dos casos, o princípio do mercado convive com o princípio da domesticidade, da redistribuição e da reciprocidade (Polanyi, 1971), onde os laços de parentesco e de convívio indicam a ausência de cisão entre o espaço de vida e o espaço da produção (Coraggio, 2000, 2008).

Os vínculos que caracterizam a economia popular e solidária remetem a possibilidades várias ligadas à inclusão sócio-produtiva, por serem intensivas em trabalho e com relevante potencial criativo e de integração ao território (UFMG, 2010; MDS, 2011). Ademais, abrangem formas diversas de produção, mais e menos flexíveis no que diz respeito aos critérios de seleção dos trabalhadores, horário e local de trabalho, entre outros, o que pode sugerir uma maior adequabilidade às características do público em situação de exclusão, que por vezes não se “encaixam” em processos de emprego formal e assalariamento.

A maior parte da literatura econômica compreende o setor tradicional, não capitalista, como “arcaico” ou “atrasado”, a ser incorporado pelo setor “moderno” na esteira do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, a economia popular e solidária seria uma configuração temporária, frágil e irrelevante em termos de sua contribuição ao emprego, ao produto e à renda nacionais. Recorrendo, no entanto, à noção de desenvolvimento pensada por Furtado em suas obras sobre cultura e criatividade (1978, 1984, 2012), pode-se pensar o fortalecimento da economia popular e da economia solidária como uma estratégia de potencialização dos valores e da criatividade genuínos de nossa economia. É nas organizações individuais, familiares e associativas, de base popular e solidária, que verificamos a perpetuação

e repasse intergeracional do conhecimento tradicional e de formas, em essência, criativas. O que abre a possibilidade de efetiva redução das disparidades e politização das minorias por um desenvolvimento endógeno.

A Economia Popular é de difícil mensuração, por agregar iniciativas individuais e familiares, formais e informais, de pequeno e de grande alcance, menos e mais articuladas entre si e com o território em que se localizam. Ademais, as categorias utilizadas nas pesquisas domiciliares não permitem uma identificação exata dos trabalhadores da economia popular, uma vez que trazem poucas informações sobre os meios e as relações envolvidas na produção. Entretanto, partindo do Censo Demográfico 2010 (IBGE), pode-se utilizar as categorias de posição na ocupação e a resposta sobre local de trabalho para uma aproximação desse grupo. Para o total da RM, cerca de 17% dos ocupados trabalham como conta própria (excetuando os profissionais liberais) ou na produção para o próprio consumo. Esse percentual chega a 30% em alguns municípios (Baldim, Juatuba, Rio Manso), e é menor nos municípios centrais, onde se localiza a maior parcela da mancha urbana. As principais atividades envolvidas são a agropecuária, construção civil e o comércio em pequena escala.

Outro recorte permitido pelo Censo Demográfico de 2010 é o percentual de ocupados que trabalham no domicílio de residência. Tal abordagem permite uma aproximação às idéias de unidade doméstica familiar e de domesticidade presentes na literatura sobre a economia popular, evidenciando situações em que os meios de vida se confundem com os meios de trabalho no cotidiano das famílias. Esse percentual é superior a 10% em 24 dos 34 municípios da RM. As ocupações mais significativas nesse subgrupo são: trabalhadores da agricultura, avicultura e pecuária, cabeleireiros, trabalhadores dos serviços domésticos e cuidados com crianças e operadores de máquinas de costura.

Já a Economia Solidária conta com dois mapeamentos realizados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes/MTE. Os dados do SIES (Sistema de Informações em Economia Solidária) referentes a 2007 indicaram a existência, na RMBH, de 259 empreendimentos econômicos solidários, sendo que 160 estavam presentes em Belo Horizonte. Esse é um indicativo de que a Economia Solidária representa uma alternativa de renda nos grandes municípios da RM. No entanto, essa prática se encontra bastante pulverizada pela mancha urbana, e não foram identificados espaços de concentração/aglomeração dentro de Belo Horizonte (Figura 1).

A Figura 2 apresenta os empreendimentos mapeados pelo SIES em 2012, em cruzamento com os vetores de organização e com as centralidades metropolitanas. Os dados desse segundo mapeamento indicam 238 EES na RMBH, 183 destes em Belo Horizonte. Além da capital, foram mapeados empreendimentos em Contagem (41), Betim (7), Esmeraldas (5), Juatuba (1) e Sabará (1). Mesmo quando localizados fora da capital, os empreendimentos permanecem concentrados na mancha urbana, nos vetores sudoeste, oeste e noroeste. Note-se a inexistência ou pequena representatividade de empreendimentos nos vetores sul, leste e norte. Note-se ainda a alta representatividade nas centralidades de primeiro nível (centro metropolitano – BH) e nos centros de segundo nível (Contagem – região do Eldorado e Cidade Industrial-, Barreiro e Venda Nova).

A ES na RMBH contava com 2289 sócios em 2012, sendo 81% destes mulheres. A grande maioria dos empreendimentos realiza atividades artesanais

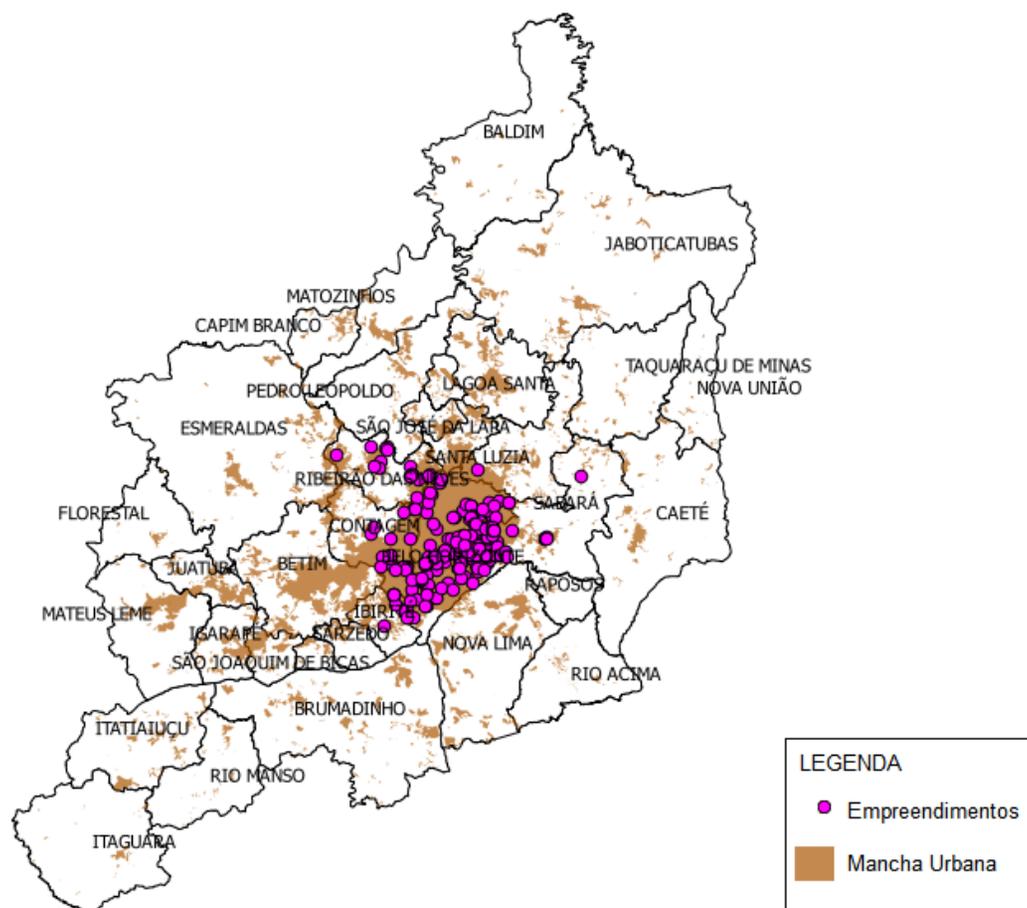
(artigos de decoração, brinquedos, bijuterias). Em menor proporção estão as iniciativas ligadas à confecção (roupas infantis e moda feminina), alimentação (doces, refeições) ou reciclagem (papel, metal e tecido).

Apesar de seu potencial em termos de geração de emprego e renda, os dados evidenciam a dificuldade de identificar redes ou cadeias produtivas da economia solidária na RMBH. Além do número reduzido de empreendimentos, as práticas econômicas solidárias são, em grande parte, constituídas por iniciativas locais específicas, não necessariamente articuladas entre si e com dificuldades de sustentarem no tempo, entraves estes ligados à gestão, comercialização, etc. (UFMG, 2010). Ainda que seja uma característica da Economia Solidária sua localização em espaços periféricos, tal prática geralmente é impulsionada por motivações locais de um determinado grupo social (mulheres, desempregados, jovens, idosos, etc). Todavia, a atividade recente do Fórum Metropolitano de Economia Solidária aponta cinco cadeias ou redes em formação na RMBH: confecção, alimentação, reciclagem, higiene e limpeza e artesanato<sup>5</sup>.

---

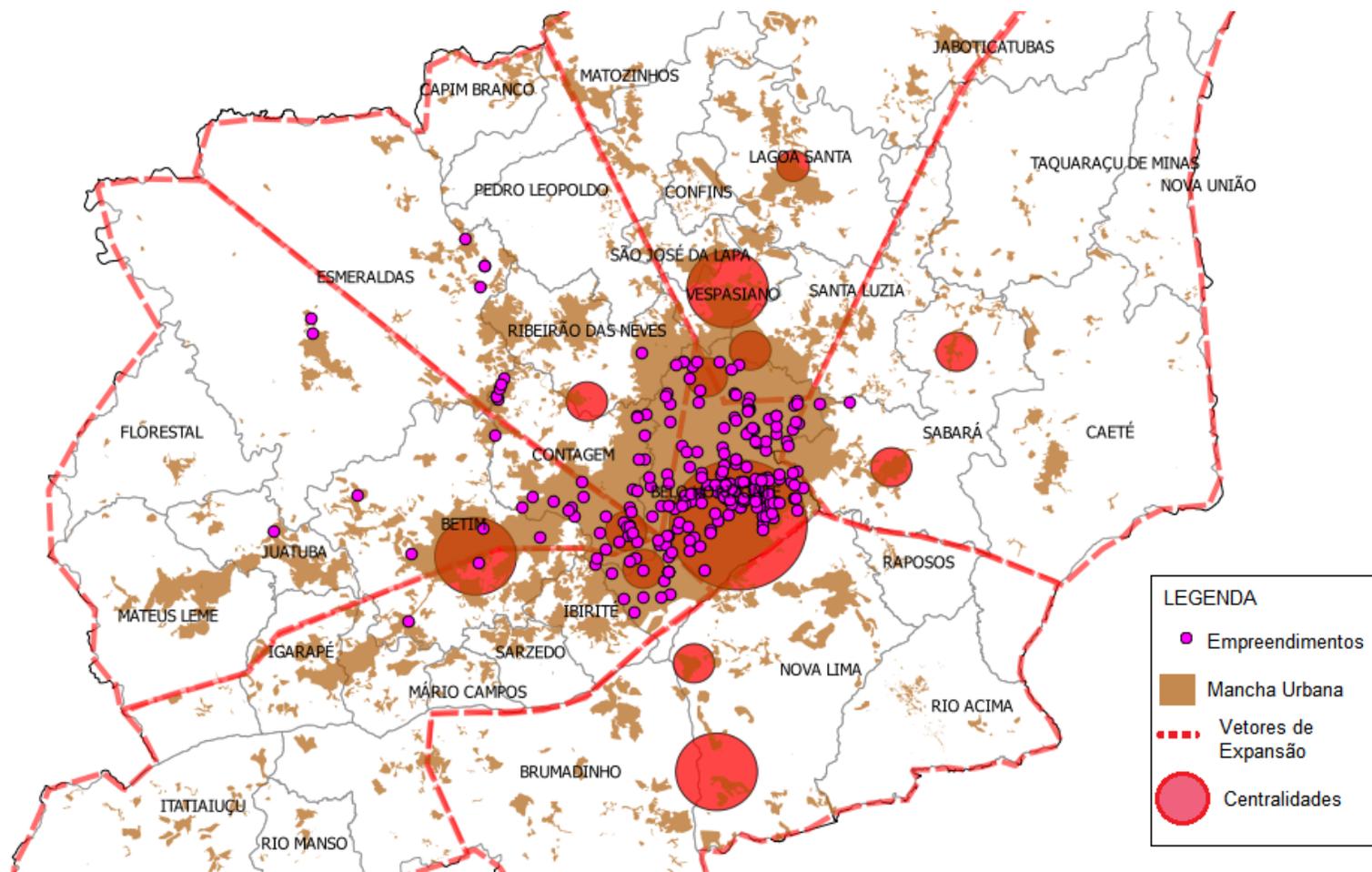
<sup>5</sup> Entrevista realizada com uma das integrantes do Fórum Metropolitano de Economia Solidária em 7/4/2014.

Figura 1 – Empreendimentos econômicos solidários na RMBH – SIES, 2005-2007



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIES 2005-2007.

Figura 2 - Empreendimentos econômicos solidários na RMBH (SIES 2012), centralidades e vetores de organização metropolitanos



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do SIES 2012 e de definições do MZ-RMBH.

## Economia Criativa

A relação entre cultura e economia está no centro de um debate científico interdisciplinar, intermediando cultura, criatividade, desenvolvimento local e inovação (Jeffcutt & Pratt 2009). Ainda que o conceito de criatividade seja vago e difuso, de limites permeáveis e dificilmente identificáveis (Markusen *et al.* 2008), ou que tenha um apelo mercadológico extremamente questionável, está, segundo Scott (2010), imbricado ao aprendizado e à inovação.

Nas palavras de David Thosby, em seu livro *Economics and Culture* (2001), criatividade é um aspecto importante do comportamento humano, abordado em estudos de psicólogos, pedagogos, sociólogos, estudiosos de arte, entre outros. Porém, até idos dos anos 90, não assumia relevância na pesquisa científica econômica, porque a esta o interesse se circunscrevia/circunscreve apenas à criatividade que é geradora de inovação, precursora de mudança tecnológica, que permite à estrutura produtiva romper paradigmas e ampliar produtividade. Entre grande parte dos economistas, a economia existe somente onde há escala, onde há a produção para um mercado amplo que assegure lucratividade.

Então se, anteriormente, tal tema se restringia ao campo da cultura, hoje se estende à economia, no que tange ao enfoque da preservação para a melhoria/valorização da economia, e para a centralidade da cultura em promover o desenvolvimento econômico, tanto no âmbito macro como também no local, concentrado nos programas de regeneração urbana.

Entretanto, o conceito de economia criativa passou a se constituir em instrumento de política econômica para países desenvolvidos que buscavam, no âmbito do processo de globalização, vantagens comparativas na produção de bens e serviços ancorados na criatividade artística e no recurso às novas tecnologias de informação e comunicação. Os casos emblemáticos desta estratégia foram o da Austrália (*Creative Nation*) e da Grã-Bretanha (*Cool Britain*) nos anos 90. Combinada às ações de estímulo à produção deste segmento, a economia criativa foi e é, também, alternativa de recuperação de territórios degradados e ociosos, revitalizando espaços por meio de instalação de equipamentos (museus e centros culturais) e de organização de eventos culturais.

Ainda que o segmento da economia criativa incluía atividades como *design*, arquitetura, publicidade, moda, indústria audiovisual, indústria de editoração, emissoras de rádio e TV marcadas por inovações e organização de mercado em estrutura oligopolistas, além de atividades autônomas ou em grupos, como as artes performáticas, as artes plásticas, literatura e música, inclui, também, o artesanato, tornando-se, portanto, uma alternativa de consolidação de atividades que perpassam o circuito inferior da produção capitalista - na acepção de Milton Santos - em especial em países em desenvolvimento ou emergentes, onde há ainda forte presença dos saberes e fazeres transformados pelo trabalho artesanal, expressão da riqueza da diversidade cultural.

Neste sentido, a concepção de economia criativa, assim como de economia solidária e de arranjos produtivos locais, tem se tornado o elemento chave de propostas de políticas orientadas para o desenvolvimento local. O sucesso de iniciativas combinando atividades culturais ao turismo, não somente contribui para remodelar as cidades/territórios, como também para ampliar a qualidade de vida dos residentes, no papel de produtores e de consumidores. Em outras palavras, as atividades criativas podem se constituir em mecanismo para saída da pobreza, especialmente por meio de atividades de artesanato, assegurando, portanto, ao indivíduo a inclusão no circuito produtivo como provedor de renda e de ocupação.

As práticas de Economia Criativa já consolidadas têm por âncora o arranjo institucional que envolva algum grau de planejamento e uma governança de responsabilidade múltipla, que abra espaço para um arranjo semelhante a um "pacto social". Para tal, a dimensão de pertencimento e identificação da população local, em especial, dos produtores, é base constitutiva do processo. Há estudos que evidenciam que, quando se mobiliza os moradores locais, tem-se atração de investimentos direcionados para empresas de pequena porte, produzindo efeitos de aglomeração na economia da região.

Cwi (1980) ressalta a geração de efeitos econômicos diretos e indiretos, tais como mudança da imagem da cidade; implementação de políticas públicas de segurança para criação de ambiente seguro; atração de novos investimentos e estímulo à integração, desenvolvendo identidade local e senso de pertencimento. Bille & Schulze (2008) apontam que arte e cultura podem ter um papel proeminente para o desenvolvimento regional e urbano e, ainda mais amplo, se a definição de desenvolvimento envolver não somente geração de renda e postos de trabalho, como também melhoria da qualidade de vida da população e inclusão sociocultural. Nesta mesma linha de raciocínio, Pratt (2008) sugere que formuladores de política podem atingir resultados favoráveis em termos de renovação econômica se encararem o setor cultural como algo transversal que associa fluxo de produção e consumo, bens a serviço.

Assim, a economia criativa é aqui entendida como um setor que emprega artistas dos mais diversos estilos, artesãos, contadores de histórias, produtores e gestores de cultura, profissionais da publicidade, do jornalismo, da arquitetura, do design, da gastronomia, trabalhadores em atividades-meio e em manifestações etnoreligiosas. Sua análise não se restringe apenas à abordagem setorial, mas também inclui a abordagem territorial que enfatizam a estreita conexão com a diversidade cultural dos lugares (De Propriis et al. 2009 apud Lazzaretti, 2011).

As atividades da economia criativa são postas, assim, em aglomerados espaciais, conforme as mais variadas tipologias. No caso do presente trabalho, consideramos os ocupados na RMBH, segundo as ocupações da COD-2010 que se encontram na taxonomia proposta pelo Plano de Economia Criativa do MinC (Quadro 1).

Quadro 1 – Ocupações da Economia Criativa

<b>TRABALHADORES DIRETOS (núcleo)</b>	
Artes plásticas	2651 Artistas plásticos
	2652 Músicos, cantores e compositores
	2653 Bailarinos e coreógrafos
	2654 Diretores de cinema, de teatro e afins
	2655 Atores
	2659 Artistas criativos e interpretativos não classificados anteriormente
Artes performáticas	7312 Confeccionadores e afinadores de instrumentos musicais
Escritores	2641 Escritores
	7317 Artesãos de pedra, madeira, vime e materiais semelhantes
	7318 Artesãos de tecidos, couros e materiais semelhantes
Artesanato	7319 Artesãos não classificados anteriormente
<b>TRABALHADORES INDIRETOS (ocupações-meio)</b>	
	2354 Outros professores de música
Artes performáticas	2355 Outros professores de artes
	3432 Desenhistas e decoradores de interiores
	3431 Fotógrafos
	2621 Arquivologistas e curadores de museus
	2622 Bibliotecários, documentaristas e afins
	3433 Técnicos em galerias de arte, museus e bibliotecas
Artes plásticas e visuais	4411 Trabalhadores de bibliotecas
	2642 Jornalistas
	2643 Tradutores, intérpretes e linguistas
	2656 Locutores de rádio, televisão e outros meios de comunicação
Mídia e comunicação	3521 Técnicos de radiodifusão e gravação audiovisual
	7321 Trabalhadores da pré-impressão gráfica
	7322 Impressores
Artes gráficas	7323 Encadernadores e afins
Outros	3435 Outros profissionais de nível médio em atividades culturais e artísticas
	1431 Gerentes de centros esportivos, de diversão e culturais

Fonte: elaboração conforme Machado et al (2013), adaptado de SEC/MinC .

Buscando uma primeira identificação da distribuição espacial destes trabalhadores nos 34 municípios da RMBH, calculamos o quociente de localização (QL), tendo por referência a população ocupada na RM e o recurso aos dados secundários do Censo Demográfico de 2010. Apreende-se da leitura da Tabela 1 relativa concentração de pessoas que trabalham em ocupações do núcleo da Economia Criativa e residem nos municípios (por ordem): Itatiaiuçu, Belo Horizonte, Brumadinho, Florestal, Sabará, Sarzedo, Itaguara. Quando analisamos o QL do segmento de criativos-meio, somente os municípios de Belo Horizonte e São José da Lapa apresentam valores superiores a um. Como são dados domiciliares, não necessariamente as atividades têm lugar nestes municípios, exceção a essa ressalva são Belo Horizonte e Brumadinho.

Tabela 1 – Quociente Locacional da Economia Criativa (núcleo e meio), 2010, por municípios da RMBH

	<b>Criativo núcleo</b>	<b>Criativo meio</b>	<b>Criativo total</b>
Baldim	0.22	0.17	0.20
Belo Horizonte	1.25	1.35	1.31
Betim	0.82	0.60	0.69
Brumadinho	1.24	0.52	0.83
Caeté	0.79	0.17	0.44
Capim Branco	0.26	0.32	0.29
Confins	0.12	0.19	0.16
Contagem	0.89	0.77	0.82
Esmeraldas	0.34	0.22	0.27
Florestal	1.16	0.17	0.60
Ibirité	0.28	0.44	0.37
Igarapé	0.21	0.32	0.27
Itaguara	1.01	0.29	0.60
Itatiaiuçu	2.18	0.40	1.18
Jaboticatubas	0.83	0.49	0.64
Juatuba	0.80	0.12	0.41
Lagoa Santa	0.66	0.51	0.58
Mário Campos	0.93	0.86	0.89
Mateus Leme	0.45	0.38	0.41
Matozinhos	0.32	0.57	0.46
Nova Lima	0.77	0.43	0.58
Nova União	0.96	0.86	0.91
Pedro Leopoldo	0.62	0.60	0.61
Raposos	0.39	0.52	0.46
Ribeirão das Neves	0.59	0.62	0.60
Rio Acima	0.43	0.51	0.48
Rio Manso	0.13	0.45	0.31
Sabará	1.14	0.59	0.83
Santa Luzia	0.61	0.82	0.73
são Joaquim de Bicas	0.38	0.11	0.23
São José da Lapa	0.31	1.03	0.71
Sarzedo	1.05	0.31	0.64
Taquaraçu de Minas	0.98	0.86	0.91
Vespasiano	0.64	0.73	0.70

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico IBGE - amostra

Mesmo havendo uma distorção criada pela origem da informação (residência do ocupado e não de seu posto de trabalho), calculamos o coeficiente locacional de algumas atividades-fim por município. São elas: artes plásticas, artes performáticas, artesanato e ocupação de escritores (Tabela 2)

Tabela 2 – Quociente Locacional de atividades selecionadas da Economia Criativa, 2010, por municípios da RMBH

	<b>Artes plásticas</b>	<b>Artes performáticas</b>	<b>Escritores</b>	<b>Artesanato</b>
Baldim	0.39	0.00	0.00	0.00
Belo Horizonte	1.31	1.37	1.72	0.75
Betim	0.76	0.62	0.44	1.35
Brumadinho	1.57	1.20	0.00	0.37
Caeté	0.90	0.29	0.00	1.25
Capim Branco	0.22	0.00	0.00	0.79
Confins	0.00	0.00	0.00	0.75
Contagem	0.81	0.79	0.00	1.50
Esmeraldas	0.36	0.28	0.00	0.44
Florestal	0.38	3.06	0.00	1.57
Ibirité	0.26	0.42	0.00	0.24
Igarapé	0.13	0.00	0.00	0.86
Itaguara	1.16	0.50	0.00	1.38
Itatiaiuçu	3.18	0.00	0.00	2.13
Jaboticatubas	1.02	0.00	0.00	1.52
Juatuba	0.78	0.00	0.00	2.15
Lagoa Santa	0.46	0.70	0.00	1.47
Mário Campos	0.83	1.00	1.38	1.11
Mateus Leme	0.37	0.00	0.00	1.46
Matozinhos	0.20	0.89	0.00	0.00
Nova Lima	0.78	0.35	0.00	1.45
Nova União	0.99	0.41	2.63	1.26
Pedro Leopoldo	0.49	0.74	0.00	1.04
Raposos	0.20	0.35	0.00	1.21
Ribeirão das Neves	0.44	0.55	0.00	1.28
Rio Acima	0.50	0.00	0.00	0.89
Rio Manso	0.23	0.00	0.00	0.00
Sabará	0.95	1.11	0.69	1.98
Santa Luzia	0.49	0.23	0.00	1.72
São Joaquim de Bicas	0.66	0.00	0.00	0.00
São José da Lapa	0.12	0.74	0.00	0.43
Sarzedo	1.09	0.99	0.00	1.25
Taquaraçu de Minas	0.68	0.00	0.00	3.62
Vespasiano	0.57	0.67	0.76	0.85

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Censo Demográfico IBGE - amostra

Em uma análise da Tabela 2, observamos que o caminho da “herança cultural”, atribuído a atividades artesanais, predomina em vinte dos municípios da RMBH. E, neste caso, sem perda de referência, estamos tratando da localização da atividade, uma vez que a maior parte dos artesãos são trabalhadores autônomos e tendem a trabalhar no próprio domicílio ou próximo a ele. Sem informação sobre ocupação principal em artesanato, estão os municípios de Baldim, Matozinhos, Rio Manso, São Joaquim de Bicas. No que tange às artes plásticas, ocorre relativa concentração nos municípios de Itatiaiuçu, Itaguara e Jaboticatubas, Sarzedo, Brumadinho, além de Belo Horizonte. Considerando as artes performáticas, há relativa concentração espacial de ocupados em Belo Horizonte, Brumadinho, Sabará e Mario Campos e expressiva em Florestal.

Buscando qualificar essa distribuição espacial dos trabalhadores criativos no território metropolitano, recorreremos às informações de Pontos de Cultura, ação principal do Programa Cultura Viva do MinC. Nos dizeres do Ministério:

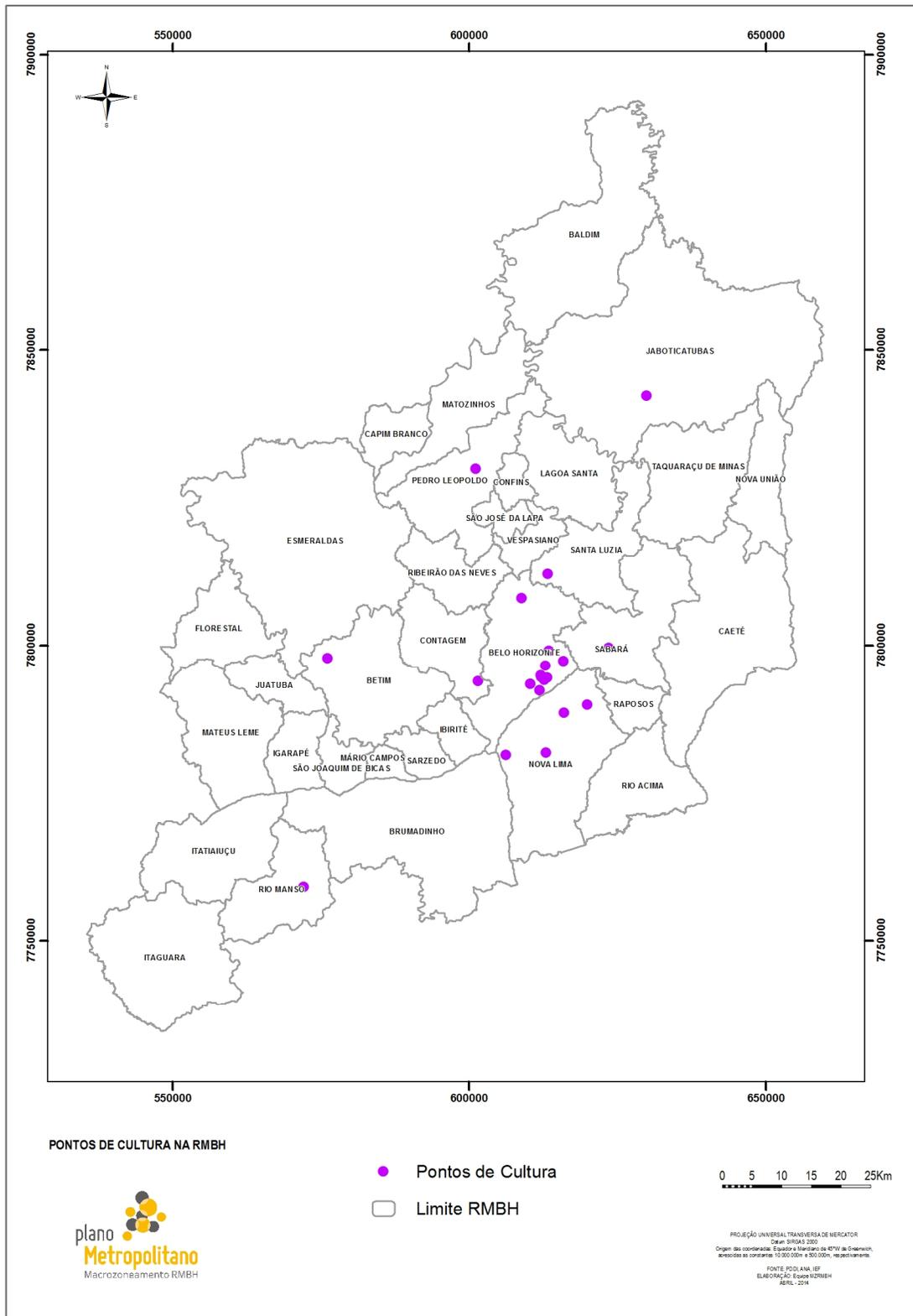
O Ponto de Cultura é a ação prioritária do Programa Cultura Viva. Ele é a referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas culturais. Como um parceiro na relação entre estado e sociedade, e dentro da rede, o Ponto de Cultura agrega agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si.

A RMBH conta, atualmente, com vinte e dois Pontos de Cultura, distribuídos de acordo com a Figura 3. Metade dos pontos de Cultura se localiza em Belo Horizonte (PONTO DE CULTURA ESPAÇO ARTÍSTICO CULTURAL COR (TIÇÃO); FAVELA É ISSO AÍ - CENTRO DE REFERÊNCIA EM CULTURA POPULAR URBANA; CARAVANA DE ARTESANIA, QUINTAL DE CULTURA - FORMAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DE AÇÕES AUDIOVISUAIS, DIVERSIDADE EM PONTO; QUERUBINS COMUNIDADE EM REDE; ORIGENS: CULTURAS EM MOVIMENTO; "DIM DIM DOM... BERIMBAU CHAMOU, EU VOU"; PONTO DE CULTURA DOS PORTADORES DE TALENTOS ESPECIAIS; PONTO DE CULTURA PARQUE ESCOLA CARIÚNAS; CASA DO BECO - PONTO DE CULTURA) e se dedica às mais variadas atividades de formação/capacitação e produção em atividades criativas como artesanato, artes performáticas, audiovisual, tradição e memória.

Apesar da relevância da política para estimular às iniciativas, com exceção de Belo Horizonte, a concentração espacial dos trabalhadores da Economia Criativa não guarda uma relação com a presença de Pontos De Cultura. A concentração espacial dos Pontos e a incipiente relação entre ocupados e atividades dos Pontos são referendadas pela reflexão de Staber (2011)

... em contraste com a visão da integração social do lugar como uma localização na qual os trabalhadores criativos estão mais ou menos firmemente vinculados, a perspectiva prática chama atenção para as possibilidades de variação e diferenciação. Ela destaca a natureza relacional das identidades como um conjunto de atributos complementares ou conflituosos, refletindo o fato de que os indivíduos têm diversas filiações numa gama de domínios. A construção da identidade combina prática e aspectos da identidade, indicando que o mundo material de trabalhadores criativos (o mundo da ação) e o mundo de identidades criativas (o mundo do significado) interpenetram e são mutuamente constituídos. A relação entre a estrutura dos atributos de identidade e a estrutura das práticas é problemática nas maneiras que são altamente produtivas para a análise de lugares criativos (Staber, 2011, p. 255).

Figura 3 – Pontos de Cultura na RMBH



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Escritório Regional do MinC.

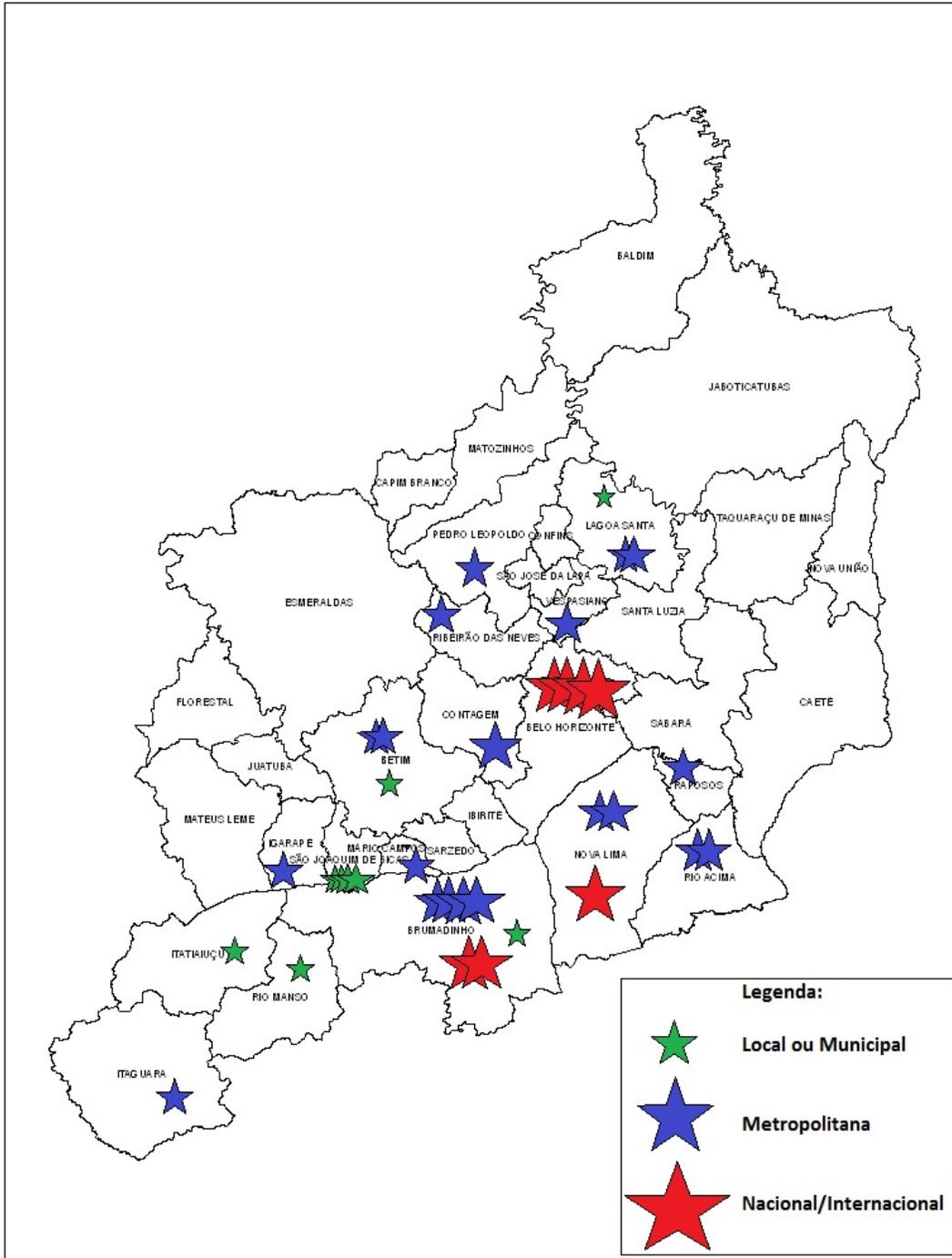
Um outro aspecto a ser pensado é a relação entre as atividades criativas, lazer e turismo cultural. Ainda que este último envolva o turismo voltado para o (re) conhecimento de patrimônio histórico, parte se volta para eventos, interligando turismo e economia de experiência. Segundo Lazerretti (2011), este fenômeno pode ser identificado pelo aumento do número de festivais relacionados a costumes e práticas populares, assim como em exposições e feiras que se tornaram rotineiros, dominando o comportamento dos consumidores.

De acordo com as Figuras 4 e 5, festivais e feiras se espalham por todo o território metropolitano e suas modalidades podem ou não guardar relação com os saberes e fazeres do local. A maior parte das feiras é de exposição e comércio de produtos agropecuários e de artesanato. No caso específico dos festivais, são de natureza gastronômica em sua maior parte, e, alguns específicos para produtos agrícolas em seu momento de colheita, como é o da Mexerica em Brumadinho, da Jabuticaba em Sabará ou da Goiaba em Rio Acima, entre outros. Em razão deste caráter, os festivais associados à tradição do território, acabam por não validar algo muito presente hoje no fortalecimento de eventos que é a “Disneyficação” da cultura e/ou a “turismificação” de centros históricos, buscando na cultura um ativo ou recurso para a inovação e desenvolvimento econômico, mas também um valor de inclusão sócio-produtiva. Cabe ressaltar que, nessa direção, as oficinas em Baldim e Capim Branco, salientaram a necessidade estabelecer uma relação entre agricultura e cultura, fortalecendo, por meio de centros culturais, a exposição da cultura local. Ainda nessa mesma oficina, os participantes enfatizaram que grutas no entorno e o Museu Histórico em Capim Branco poderiam ser centralidades para constituição de projetos de turismo cultural.

Seguindo um outro eixo, patrimônio cultural inclui lugares, prédio, monumentos, pinturas e artefatos históricos, mas também aspectos históricos intangíveis da cultura local como as tradições, costumes, modo de vida, etc.). Aqui, nesse estudo, o intangível é captado através de informações sobre a localização de manifestações etnoreligiosas, como reinados e terreiros. Tais atividades são tratadas no âmbito da inclusão sócio-produtiva porque formam um processo de produção que envolve confecção de fantasias, organização de festas e o próprio evento. São trabalhos que, normalmente, são realizados pelos participantes deste grupo e, para a escala desta produção, constituem-se em mecanismos de agregação de valor econômico e cultural. Pela leitura dos mapas de reinados (Figura 6), identificamos concentração na malha urbana do município de Belo Horizonte, com raras evidências em municípios mais distantes da capital.

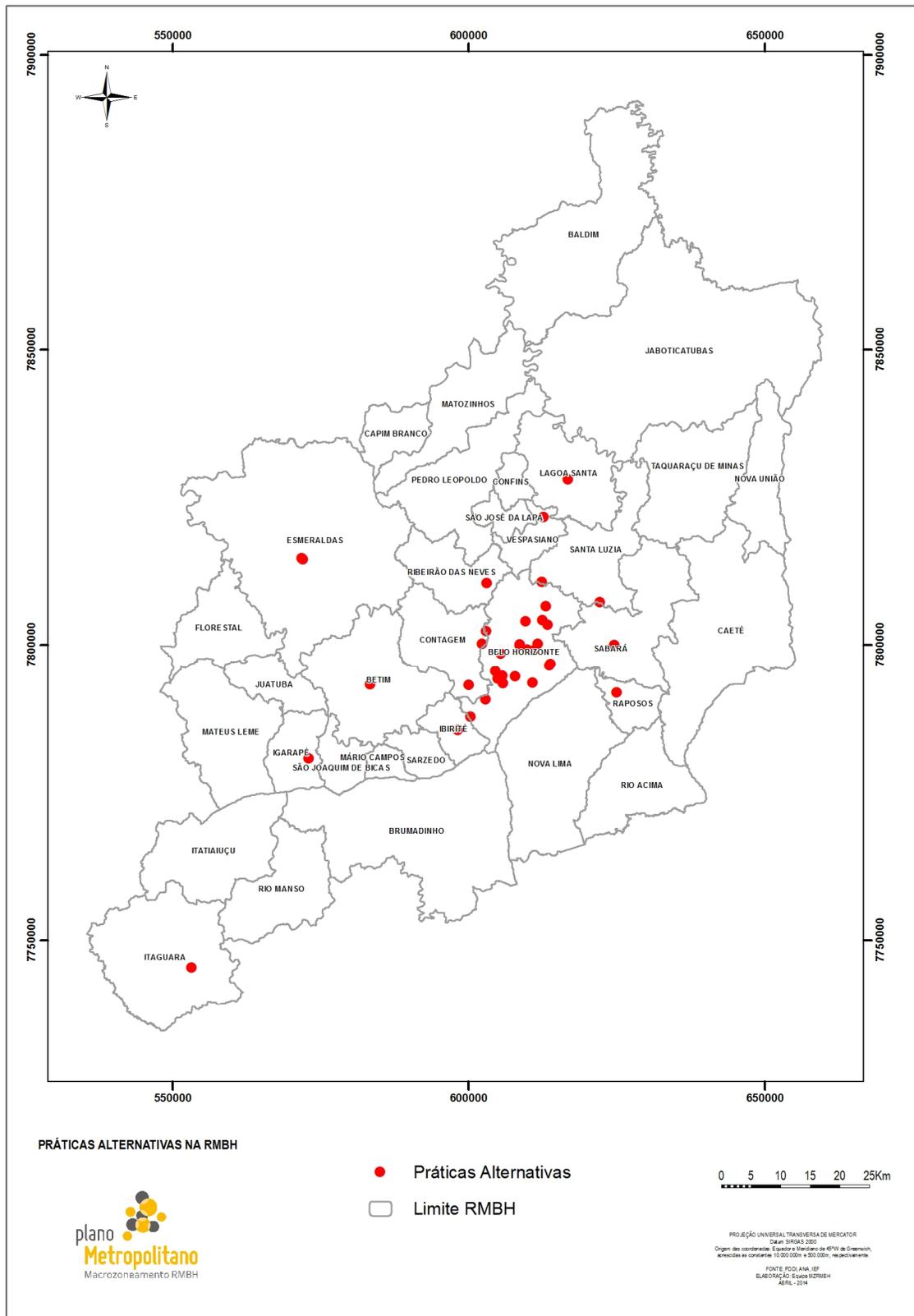


Figura 5 – Distribuição de festivais na RMBH



Fonte: Elaboração própria a partir de consulta às prefeituras

Figura 6 – Reinados na RMBH



Fonte: Elaboração própria a partir de Nery (2012).

Pretendendo analisar algum grau de concentração de atividade econômica nos 34 municípios que compõem a RMBH, foram calculados os coeficientes de localização para as atividades, segundo vínculos empregatícios da RAIS em dezembro de 2012.

Antes de apresentar os dados de concentração por atividade econômica nos municípios, é importante ter uma visão geral sobre a importância de cada atividade na ocupação dos empregados formais na Região Metropolitana. A Tabela 3 revela a composição por atividade dos vínculos de emprego formais na RMBH.

Considerando o crescimento do número de vínculos entre 2006 e 2012, retratado na Tabela 3, e o número de empregados em 2012 por atividade econômica, observa-se que, entre as atividades menos absorvedoras de trabalhadoras formais (isto é, abaixo da mediana) e crescimento dos vínculos acima da média da RMBH, estão atividades relacionadas ao turismo, à cultura e ao meio-ambiente, tais como Impressão e Reprodução de Gravações; Transporte Aéreo, Publicidade e Pesquisa de Mercado, Atividades Artísticas, Criativas, e de Espetáculos, Atividades Cinematográficas, Produções de Vídeos e de Programas de Televisão, Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental.

Tabela 3

Número de vínculos formais por atividade econômica e variação percentual no período nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ordenada por importância em 2012) - RMBH - 2006 e 2012

ATIVIDADES	2006	2012	Varição
<i>Total</i>	1.494.479	2.000.544	33,86
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	346.555	406.516	17,30
COMÉRCIO VAREJISTA	157.655	213.893	35,67
SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	64.719	88.702	37,06
OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA	62.638	82.877	32,31
TRANSPORTE TERRESTRE	64.594	80.441	24,53
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	40.510	73.008	80,22
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA	53.879	71.450	32,61
SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERV. ÀS EMPRESAS	39.335	69.448	76,56
EDUCAÇÃO	45.338	68.293	50,63
COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	43.629	66.397	52,19
ALIMENTAÇÃO	38.746	58.527	51,05
FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	25.253	49.746	96,99
ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS	37.514	49.192	31,13
SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	39.283	45.771	16,52
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO	19.902	40.428	103,14
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS	27.385	37.618	37,37
SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA	12.982	33.221	155,90
ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO	18.943	28.120	48,45
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	18.039	23.989	32,98
ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS	17.723	23.129	30,50
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	19.776	21.355	7,98
METALURGIA	19.486	19.703	1,11
ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	19.883	18.367	-7,62
ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS	8.676	16.679	92,24
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	12.634	15.974	26,44
ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA	6.722	15.270	127,16
EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS	7.513	14.945	98,92
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO	11.222	14.400	28,32
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	12.740	13.656	7,19
ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES	6.266	12.584	100,83
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	11.244	12.077	7,41
MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	4.246	10.392	144,75
ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER	7.273	9.760	34,19
AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS	14.725	9.734	-33,89
CONFECÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	9.962	9.572	-3,91
FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS	6.059	8.867	46,34
OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS	6.288	8.537	35,77
ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES	10.756	8.521	-20,78
ALOJAMENTO	6.613	8.301	25,53
FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	6.119	7.746	26,59
ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL	3.100	7.709	148,68
CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA	6.033	7.476	23,92
TELECOMUNICAÇÕES	6.634	6.300	-5,03
ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS	2.409	5.746	138,52

Número de vínculos formais por atividade econômica nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (ordenada por importância em 2012) - RMBH - 2006 e 2012			
			(conclusão)
ATIVIDADES	2006	2012	Varição
ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS	4.315	5.696	32,00
SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO	6.061	5.662	-6,58
COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS	4.552	5.614	23,33
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	4.585	5.416	18,12
IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	3.483	5.303	52,25
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	3.404	5.253	54,32
FABRICAÇÃO DE BEBIDAS	3.045	5.209	71,07
FABRICAÇÃO DE EQUIP. INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	4.165	4.994	19,90
REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIP. INFORMÁTICA E OBJETOS PESSOAIS	2.714	4.439	63,56
TRANSPORTE AÉREO	1.296	4.356	236,11
EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO	4.310	4.330	0,46
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS	4.784	4.140	-13,46
PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO	1.935	4.138	113,85
ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO	11.120	3.965	-64,34
SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE	3.289	3.836	16,63
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS	2.862	3.414	19,29
OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	4.998	3.338	-33,21
ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA COM ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.297	3.306	43,93
AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS	1.826	2.970	62,65
ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO	2.287	2.347	2,62
PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO	1.702	2.250	32,20
PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO	3.179	2.235	-29,69
FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL	2.097	2.219	5,82
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MADEIRA	1.956	1.902	-2,76
EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS	1.725	1.782	3,30
ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS	844	1.615	91,35
FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS	1.147	1.205	5,06
ATIV. CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO	587	1.033	75,98
FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIP. DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS	532	1.009	89,66
PRODUÇÃO FLORESTAL	408	882	116,18
ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL	285	782	174,39
ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS	252	435	72,62
ATIVIDADES VETERINÁRIAS	217	257	18,43
ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS	265	209	-21,13
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO	127	187	47,24
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	386	164	-57,51
DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS	15	67	346,67
EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL	2	59	2850,00
PESCA E AQUICULTURA	96	28	-70,83
EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL	0	21	---
ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS	277	20	-92,78
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	47	17	-63,83
TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	3	3	0,00
Fonte: RAIS. MTE.			

## Considerações finais

Assim como em outras áreas metropolitanas brasileiras, os empreendimentos de autônomos e da pequena produção se fazem presente na mancha urbana da RMBH. A princípio, as informações analisadas neste estudo evidenciam expressiva tradição cultural no que diz respeito ao tipo de atividade desenvolvida, uma vez que a agricultura e o artesanato são as atividades proeminentes.

Como é próprio da natureza dessas atividades, não há uma articulação institucional ou produtiva que mostre uma tendência ao adensamento de cadeias ou

à formação de rede produtiva, mesmo com as políticas públicas, especialmente as federais, de incentivo à Economia Solidária e Popular, no âmbito do Ministério do Trabalho e de incentivo à Economia Criativa, formuladas pelo Ministério da Cultura.

Entretanto, quando se analisam os dados sobre crescimento de emprego formal, os resultados sugerem que, do ponto de vista do emprego, o território metropolitano está crescendo em atividades de turismo e cultura e, em alguma medida, de serviços voltados para proteção do meio-ambiente. Tal achado pode estar associado ao aumento de renda das famílias na última década, ao investimento em grandes projetos culturais, como o Circuito Cultural Praça da Liberdade e ao Museu Inhotim, e à realização dos eventos esportivos mundiais (Copa e Olimpíadas).

Tal comportamento dessas atividades pode estar evidenciando (ou consolidando) uma vocação artística-cultural deste território. Se assim o for, é importante formular ações que levem em conta a interação entre os segmentos produtivos do setor cultural, pois eles guardam transversalidade peculiar. A interação com projetos de incubadoras tecnológicas, capacitação de pessoal e formulação de políticas especializadas podem tornar o resultado ainda mais consistente, consolidando-se um novo pólo cultural distinto dos de Rio de Janeiro e São Paulo.

## Referências

ABRAMOVAY, R.; SAES, S.; SOUZA, M. C.; MAGALHÃES, R. Mercados do empreendedorismo de pequeno porte no Brasil. In: **Pobreza e Mercados no Brasil**, Uma Análise de Iniciativas de Políticas Públicas. Brasília: Department for International Development/CEPAL, Escritório no Brasil, 2003.

BILLE, T; SCHULZE, G. Culture in urban and regional development. In: GINSBURGH, Victor A.; THROSBY, David (Eds.). **Handbook of the Economics of Art and Culture**. Oxford: North-Holland Elsevier, 2008.

CORAGGIO, J. L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. In: KRAYCHETE, Gabriel et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**, Petrópolis: Vozes, 2000, p. 91-133.

CORAGGIO, J. L. **Qué significa pasar de la economía popular a la economía del trabajo?** Proposta, ano 30, n. 98, setembro/ novembro, 2008, p. 12-20.

CWI, D. Public support of the arts: three arguments examined. **Journal of Cultural Economics**, 4(2), p. 39-62, 1980

DEDECCA, C. S. Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho na Grande São Paulo, **Tese de Doutorado**, Unicamp, 1990.

FARIA, D. P. ANÁLISIS DE LA CAPACIDAD DEL TURISMO EN EL DESARROLLO ECONÓMICO REGIONAL: EL CASO DE INHOTIM Y BRUMADINHO. **Tesis (Doctoral)**.- Departamento de Economía Aplicada de la Universidad de Alicante, Alicante, 2012

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- FURTADO, R. F. A. (Org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Arquivos Celso Furtado nº 5. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Editora Loyola, 1994.
- HESMONDHALGH, D; PRATT, A. Cultural industries and cultural policy. *International journal of cultural policy*, 11 (1). pp. 1-14, 2005. *International Journal of Cultural Policy*, Vol. 11, No. 1, 2005
- KRAYCHETE, G. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, G. et al. (Orgs), **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 15-38.
- LAZZERETTI, L. Introduction in **Creative Industries and Innovation in Europe Concepts, Measures and Comparative Case Studies**. Routledge, 2011.
- MACHADO, A. F.; SIMÕES, R. F.; DINIZ, S. C. Urban Amenities and the Development of Creative Clusters: The Case of Brazil. **Current Urban Studies**, v. 01, p. 92-101, 2013
- MARKUSEN, A; WASSALLI, G; DeNATALE, D; COHEN, R. Defining the Creative Economy: Industry and Occupational Approaches. **Economic Development Quarterly** 2008; 22; 24.
- NERY, C. **Um olhar sobre o congado das Minas Gerais**. Universidade do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2012.
- POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- PORTES, A; CASTELLS, M. **The Informal Economy: Studies in Advanced and Less Developed Countries**. John Hopkins University Press, Baltimore, 1989.
- PRATT, A.C; Cultural industries and public policy. An oxymoron? **International Journal of Cultural Policy**, Vol. 11, Nº:1, p. 31-44, 2008.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.
- SINGER, P. **Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo**. Proposta, ano 26, n. 72, março/ maio, 1997, p. 6-13.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- STABER, U. Putting creativity in place: a relational and practice perspective In LAZZERETTI, L. **Creative Industries and Innovation in Europe Concepts, Measures and Comparative Case Studies**. Routledge, 2011.
- THROSBY, D. **Economics and Culture**. Cambridge University Press. Caps. 1 e 2, 2001.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH)**. Relatório Final, 6 vls. Belo Horizonte, 2010. Disponível em [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br).
- VERARDO, L. **Economia solidária e autogestão**. Proposta, ano 30, n. 98, setembro/novembro, 2003, p.56-61.